

1. ESTÂNCIA

- "A Cidade Jardim"
- Região Sul do Estado
- Aproximadamente 70 mil habitantes
- 6° maior IDH do Estado
- Taxa de escolarização de 6-14 anos de 98,6%
- Tribunal de Justiça Estadual, Sede de Justiça Federal, Justiça do Trabalho.
- Dados IBGE 2017
- Festejos Juninos
- Cultura da Mangaba



Praia do Saco

Barco de Fogo





Catedral Diocesana Nossa Senhora de Guadalupe



Lagoa dos Tambaquis – Praia do Abais



2. Eixos de Execução do Projeto de Justiça Restaurativa

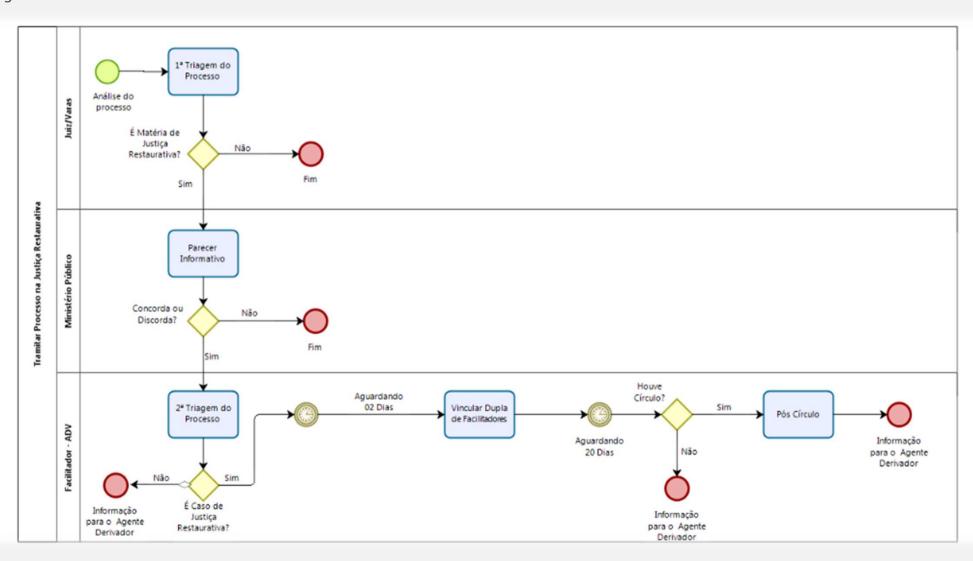
- Comunidade
- Escolas Estaduais e Municipais
- Sistema de Justiça







Fluxograma



- 3. Justiça Restaurativa na Comunidade
- 3.1. Capacitação de Facilitadores: Ajuris e Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe 2015 e 2017: 05 (cinco) facilitadores
- 3.2. Círculos de sensibilização na comunidade: apresentação da JR Guardas Municipais:





3.2.Círculos de sensibilização na comunidade: apresentação da JR

• Igreja Católica:



3.2.Círculos de sensibilização na comunidade: apresentação da JR

• Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social:



3.2.Círculos de sensibilização na comunidade: apresentação da JR

• Rede de Proteção:



3.3. Produto dos círculos:

Demanda da rede de proteção



3.4. Capacitação da Rede de Proteção: 2018

- 25 facilitadores
- Parceria da CIJ e Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;
- Catalogação de voluntários de cada equipamento da rede e parceiros;
- Parceiros: Universidade, MP, DP, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social (gestora), CAPS, CRAS, CREAS, CREAM, Conselhos Tutelares, Casa Acolhedora.



Capacitação 2018 / UNIT

4. OBJETIVO

Construção de autonomia e autogestão na prevenção, no gerenciamento e resolução do conflito entre assistidos, seus familiares e comunidade envolvida, dentro de cada equipamento da rede de proteção e parceiros do Projeto, através de:

- desconstrução do paradigma e modelo de justiça retributiva;
- realização de círculos de sensibilização e conflito por facilitadores que atuam dentro do proprio equipamento da rede ou por facilitador pertencente a outro parceiro, para garantia da isenção do trabalho e boa qualidade da prática;
- conhecimento e ancoramento das práticas, princípios e enfoques restaurativos por todos os envolvidos na estrutura do equipamento da rede, através de vivências práticas coordenadas pelos facilitadores, criando uma ambiência restaurativa.

5. MONITORAMENTO DA PRÁTICA E RESULTADOS

- Reuniões mensais
- Anfitrião
- Estudo de caso. Círculo escolhido
- Diálogo da prática, êxitos e dificuldades



6. DIFICULDADES. AMOSTRAGEM

- Abandono da prática pelos facilitadores capacitados
- Trabalho Voluntário x Cumprimento de metas de trabalho
- Estrutura administrativa
- Espaços para realização de círculos
- Pesquisa e catalogação de resultado





Edição: Paula Regina de Santana Santos Estagiária de Direito - 2ª Vara Cível de Estância/SE e Facilitadora de Justiça Restaurativa